

---

1 **Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do**  
2 **Adolescente de Santos**

3 ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS  
4 DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTOS realizada aos cinco dias do mês de junho de  
5 dois mil e catorze, na Casa de Participação Comunitária, situada na Avenida Rei Alberto I, número  
6 119, com início às oito horas e trinta minutos. **Ausências justificadas:** Conselheiros Alexandre  
7 Vieira de Lima, Renato Nascimento e Helenice Alves Fontes. O Sr. Ricardo Oliveira Gomes,  
8 Presidente inicia a reunião saudando os presentes e faz a leitura da **Pauta:** 1 – Apreciação e  
9 deliberação da Ata da Assembleia Geral Ordinária; 2 – Relato dos Conselhos Tutelares; 3 –  
10 Apresentação de propostas provenientes do Congresso da Associação Brasileira de Magistrados e  
11 Promotores para deliberação da Assembleia; 4 – Deliberação da Composição da Comissão de  
12 Estudos para alteração da Lei nº 1759/99 que estabelece a Organização dos Conselhos Tutelares do  
13 município de Santos e dá outras providências; 5 – Apreciação e deliberação acerca do registro da  
14 entidade “Associação Esculpir”; 6 – Apreciação e deliberação acerca do registro da entidade “ Isbet  
15 – Educação para o Trabalho”; 7 – Relatos da Diretoria Executiva; 8 – Relatos das Câmaras  
16 Setoriais; 9 – Relatos dos representantes dos Conselhos e Comissões; 10 – Assuntos Gerais. Pede  
17 ainda que se conste na presente Ata que a Dra. Adriana Jandelli Gimenez doravante passará a ser  
18 Conselheira representando a Aguiar & Martins Ltda – ME. **Item 1** – Conselheira Adriana Jandelli  
19 solicita que seja relatado como foi visto pela Diretoria a situação da Sala da Corregedoria dos  
20 Conselhos Tutelares uma vez que o relatado na Ata dá a entender que ela mentiu sobre o assunto. O  
21 Sr. Presidente fala que o relatado pela Sra. Adriana era verídica que realmente o computador está  
22 fora da sala com todas as informações dos assuntos pertinentes a Corregedoria. Que falado sobre o  
23 assunto com a Sra. Jossélia Fontoura, Chefe do Departamento de Articulação – DEARTI, sobre o  
24 perigo de vazamento de informações ali contidas ela informou que está sendo adquirido um novo  
25 computador para atendimento da Corregedoria. A Conselheira Tutelar Sra. Taís Aguiar relata a  
26 situação persiste e que a Sra. Jossélia, que não faz parte da Corregedoria, solicitou informações via  
27 e-mail de um procedimento atinente a Corregedoria e, que já houve vazamento de informações. O  
28 Coordenador do DEARTI, Sr. Daniel Lemos, fala que a mesma funcionária continua com a  
29 responsabilidade e que o espaço físico continua garantido. A Sra. Taís enfatiza que a Sra. Jossélia  
30 encaminhou ao CTZL uma solicitação pertinente a Corregedoria por e-mail encaminhado pela Kelly  
31 – funcionária do DEARTI. O Conselheiro Sr. Edmir relata que falou com a Sra. Jossélia e que todos  
32 os documentos eram da Corregedoria e que a funcionária está em dupla função e que a Chefe do  
33 DEARTI interferiu nos processos e procedimentos referentes a Corregedoria. A Sra. Adriana fala  
34 que um dos motivos de seu afastamento mais rápido foi a interferência do DEARTI na  
35 Corregedoria. Quanto ao ocorrido, relatado pela CT Taís, será discutido amanhã pela Corregedoria.  
36 **Deliberado:** Aprovada a Ata com os relatos acima constando na presente. **Item 2** – A Conselheira  
37 Taís volta a trazer a questão do instrumental de eficiência a ser atestado pelo Conselho Tutelar para  
38 revalidação dos registros de entidades e torna a pedir capacitação para o assunto. Eu, Conselheira  
39 Maria Cristina, falo que quando do Congresso da ABMP, o Dr. Murilo Di Giácomo sugeriu que  
40 fosse utilizado o mesmo do Ministério Público. Ficou estabelecido que os Conselhos Tutelares  
41 manteriam contato com o Ministério Público – MP - local para juntos comporem um documento  
42 para ser usado nas solicitações de revalidação de registro conforme estabelecido pelo Estatuto da  
43 Criança e do Adolescente – ECA em seu artigo 90. Fala ainda que receberam um ofício do MP para  
44 prestarem esclarecimentos quanto a baixa participação na capacitação oferecida pela Escolas de  
45 Políticas Públicas – Agenda Pública e, que não sabem o que está acontecendo. Solicita que sejam  
46 levantadas as Atas deste Conselho onde consta relatado a posição do CT contrária a capacitação  
47 proposta. **Item 3** – O Sr. Presidente relata que em março último alguns Conselheiros participaram  
48 do Congresso da ABMP e que o relatório foi encaminhado por e-mail aos Conselheiros e que agora  
49 estaríamos apresentando dez proposituras para deliberação pelo Colegiado. A proposta 1 Criar  
50 Resolução Normativa para que o Estatuto da Criança e Adolescente seja contemplado como matéria  
51 avaliativa para todos os cargos dos concursos públicos municipais. **Deliberado:** Aprovado. Proposta

52 2 – Criar Resolução Normativa para contemplar o Estatuto da Criança e Adolescente nos cursos de  
53 formação dos Guardas Municipais e nos cursos de integração dos novos servidores, para que os  
54 servidores públicos municipais se identifiquem como atores do Sistema de Garantia de Direitos,  
55 humanizando, assim, o atendimento à criança e ao adolescente do município. **Deliberado:**  
56 Aprovado. Proposta 3 – Posicionamento do CMDCA com relação a proposta da alteração da  
57 maioria penal, frente às manifestações e às discussões relacionadas ao tema. **Deliberado:**  
58 Aprovada pauta específica sobre o assunto para fomentar o tema e posterior encaminhamento.  
59 Proposta 4 – Recomendar às Universidades do município que o Estatuto da Criança e do  
60 Adolescente seja matéria obrigatória na grade curricular dos cursos de direito, pedagogia, serviço  
61 social, psicologia e medicina. **Deliberado:** Aprovada com a inclusão dos cursos de licenciatura e  
62 encaminhamento ao Condeca e Conanda para encaminhamento ao MEC para que regulamente.  
63 Proposta 5 – Regulamentar percentual de financiamento do FMDCA para efetivação do SINASE  
64 conforme o artigo 31 da Lei 12594/2012. **Deliberado:** Aprovado. Proposta 6 – Criar, através de  
65 Resolução Normativa, política pública que acompanhe o desenvolvimento da primeira infância com  
66 profissionais multidisciplinares, considerando que a formação do indivíduo ocorre nos primeiros  
67 três anos de vida. **Deliberado:** Aprovado. Proposta 7 – Financiar a capacitação sobre a importância  
68 da Primeira Infância na formação do indivíduo para os atores do Sistema de Garantia de Direitos.  
69 **Deliberado:** Aprovado com a inclusão do FMDCA. Proposta 8 – Criar Resolução Normativa que  
70 disponibilize espaços semanais de publicidade do Estatuto da Criança e do Adolescente no Diário  
71 Oficial, desmistificando o seu conteúdo para a sociedade em geral. **Deliberado:** Aprovado com a  
72 retificação para Articular. Proposta 9 – Criar Resolução Normativa que identifique os processos  
73 administrativos relacionados à criança e ao adolescente no município com tarja “PRIORIDADE  
74 ABSOLUTA”, garantindo a celeridade nos trâmites processuais. **Deliberado:** pelo encaminhamento  
75 a Câmara de Legislação para análise. Proposta 10 – Alterar o Regimento Interno do CMDCA,  
76 inserindo a Câmara de Fiscalização que será responsável pelo monitoramento dos Planos  
77 Municipais e Resoluções Normativas. **Deliberado:** Aprovado. E, também deliberado que este  
78 Conselho encaminhe ao DEARTI a necessidade fundamental de estrutura jurídica – advogado –  
79 para atuar junto a Casa de Participação Comunitária. **Item 4** – A Conselheira Maria Cristina que já  
80 houve uma primeira elaboração da lei, feita pelas Sras. Adriana Jandelli, Ana Lúcia Rezende,  
81 Helenice Alves, Valéria Gallotti e eu, tendo por base experiências das eleições anteriores. Sugerido  
82 ainda que também compusessem a Comissão os Conselheiros Tutelares que não pudessem  
83 participar do próximo pleito. **Deliberado:** Oficiar ao CTZC para que no prazo de cinco dias  
84 indique o nome do representante daquele conselho que comporá a Comissão para que seja elaborada  
85 uma minuta a ser apreciada pela Câmara de Legislação e deliberação em AGO. A Comissão ficou  
86 assim composta pelos Conselheiros de Direitos: Adriana Jandelli, Ana Lúcia Rezende, Edmir  
87 Nascimento, Helenice Alves, Valéria e eu. Conselheiros Tutelares: Taís Aguiar e Marcio Roberto. E,  
88 o mediador entre Conselhos Sr. Daniel Lemos. **Item 5** – A Sra. Carina Lieishi, Coordenadora da  
89 “Associação Esculpir” faz um breve relato do trabalho desenvolvido pela entidade no atendimento a  
90 cinquenta e oito crianças no contra turno escolar, desenvolvendo atividades culturais e esportivas. A  
91 Sra. Taís fala que a entidade está situada em região de alta vulnerabilidade e que tem como  
92 característica a busca da atuação em parceria com o sistema de garantia de direitos - SGD. O  
93 Técnico da Casa, Sr. Wilson Bregochi Júnior, relata que a entidade tem como característica o  
94 trabalhar em rede o que não se vê na maioria das entidades. Várias ONG’s parceiras falaram sobre o  
95 trabalho em rede pela entidade desenvolvida e os resultados obtidos. O Sr. Roberto Andrezza  
96 agradece os elogios feitos aos trabalhos por eles desenvolvidos o amor é a mola mestra e que obter  
97 este registro é uma vitória e que continuarão mantendo a qualidade e padrão de hoje. **Deliberado:**  
98 Aprovado o registro com louvor. **Item 6** – Falando pelo Isbet - Educação para o Trabalho, o Sr.  
99 Luiz Alberto de Paula, supervisor de relacionamento, explica que suas atividades são voltadas para  
100 qualificação do jovem aprendiz e agenciamento para o mercado de trabalho em nível fundamental,  
101 médio e superior. Tem estrutura multidisciplinar e também dão suporte a família. A empresa atua em  
102 todo o território nacional. A colaboradora Sra. Tânia Justo indaga se o trabalho por eles  
103 desenvolvidos é nos mesmos moldes do CIEE e obteve a resposta afirmativa. **Deliberado:**

104 Aprovado. **Item 7** - O Sr. Presidente relata que todos os assuntos aqui tratados foram pautas da  
105 nossa reunião. Solicita ainda que o horário de nossas reuniões seja cumprido para que os Senhores  
106 Conselheiros possam permanecer até o final. Os conselheiros cobram as presenças dos demais  
107 parceiros mas, também não ficam até o final das discussões. No processo eleitoral todos querem  
108 participar mas durante o mandato muitos não comparecem e isto compromete todo o sistema de  
109 garantia de direitos. Comunica que estará em férias no próximo mês e que o Sr. Carlos Mota, Vice-  
110 Presidente assumirá os trabalhos, bem como a Sra. Helenice, segunda secretária retornará de suas  
111 férias. **Item 8** – Câmara de Relações Públicas, a Conselheira Luana Ng novamente relata que  
112 apenas dois conselheiros compareceram a reunião e tiveram seis ausências. Analisaram o material  
113 de divulgação do projeto Crescer Bem e verificaram que continha vários erros e que precisará ser  
114 refeito. O Conselheiro Sr. Geonísio Aguiar fala que o projeto retornará a esta Casa após a reunião  
115 que tiveram a Sra. Rosana Russo, Secretaria de Assistência Social, devido a algumas ações que  
116 estão sendo feitas em duplicidade. O Sr. Wilson informa que em quinze de maio passado  
117 participamos de uma reunião conjunta e que ficará estabelecido um prazo de quinze dias para a  
118 busca de uma solução. A Conselheira Iracema Maria, fala que esta situação é resultado de um  
119 desconhecimento da própria equipe e do desconhecimento dos encaminhamentos básicos. A  
120 próxima reunião desta Câmara acontecerá dia vinte e seis de maio, às catorze horas. A Sra. Ana  
121 Lúcia Rezende, Coordenadora da Câmara de Planejamento, relata que foram analisadas as  
122 solicitações de registro das entidades deliberadas hoje. Também foi analisada a solicitação da SEAS  
123 para o aumento do repasse de verbas para o Programa Famílias Acolhedoras. Foram analisados os  
124 relatórios de visitas aos projetos financiados por este Conselho Gotas no judô, Ensaios do Cotidiano  
125 e Construindo Minha história. O Sr. Wilson informa que houve um calendário para a realização  
126 dessas visitas. Próxima reunião dia dezoito, às catorze horas. Câmara Financeira, relato que  
127 tomamos ciência de dezessete projetos de prestação de contas financiados com recursos do  
128 FMDCA. Informamos que ao final do prazo estabelecido pelo Edital para financiamento de projetos  
129 em trinta de maio passado deram entrada nesta Casa dezenove projetos. Câmara de Legislação  
130 estiveram presentes os Conselheiros Adriana Jandelli e Edmir Nascimento para análise de  
131 Resolução Normativa. **Item 9** – A Conselheira Sra. Marilene Leonel relata que a reunião do Comitê  
132 Pró ODM foi no DEARTI que estão tentando refazer a estória do que aconteceu e houve uma  
133 apresentação sobre os canais de Santos e suas funções. CM-PETI a Conselheira Sra. Rejane informa  
134 que estão trabalhando os folderes da Campanha de Erradicação do Trabalho Infantil, que o boneco  
135 está pronto mas o descritivo não e com isto não poderão fazer o lançamento da Campanha este mês.  
136 Para lembrar a data haverá apenas um encarte no Diário Oficial do município conforme combinado  
137 com a Sra. SEAS. O Sr. Edmir relata que no encontro do dia três sobre a agência de convergência  
138 sobre a Copa em São Paulo evidenciou que não houve nenhuma articulação com os municípios para  
139 trabalhar sobre o assunto de recebimento das seleções. Santos é a única que tem algum movimento  
140 sobre isso. As dez ações que foram articuladas o Comitê enviará a esta Casa e serão retransmitidas a  
141 CEVISS e CM-PETI. A Sra. Rejane fala que a Sra. SEAS chamou todos os atores do SGD para uma  
142 reunião e foram levantadas algumas situações de risco e estão elaborando um fluxo sobre a questão  
143 do trabalho infantil. O assunto precisará ser melhor trabalhado pelo CMDCA, CMAS e SEAS para  
144 formar um grupo de trabalho para coordenar a elaboração. O Sr. Edmir relata que na última reunião  
145 foi apresentado a metodologia utilizada em Belo Horizonte e que ele e o Sr. Wellington Araujo, do  
146 DEARTI, dia dezesseis próximo terão uma reunião com as entidades que trabalham com  
147 adolescentes para a questão do protagonismo infanto juvenil. Que em dezoito de outubro vindouro  
148 há a pretensão de se realizar um seminário para encerramento do trabalho e solicitam a este  
149 Conselho o patrocínio do lanche a ser ofertado aos participantes. **Deliberado:** valores menores de  
150 oito mil reais. **Assuntos Gerais:** O CT Márcio, CTZN relata que a CT Sra. Ellen viu uma criança  
151 trabalhando e ligou para o telefone 0800177766 e lhe foi informado para que ligasse para outro  
152 número e que isto é complicado no atendimento das políticas públicas. Há a necessidade de haver  
153 um trabalho de orientação aos que trabalham. A Sra. Taís fala que há necessidade de que o  
154 conselheiro tutelar tenha conhecimento do projeto que faz o trabalho das dez às vinte e duas horas.  
155 Que precisa haver mobilização contínua. A Sra. Luana Ng solicita que esta denúncia seja formulada

---

156 por escrito par que o problema possa ser sanado. O Sr. Edmir indaga se o número do telefone do  
157 projeto Construindo o Futuro está sendo divulgado no DO ou apenas nos folderes e o número consta  
158 apenas nos folderes. A colaboradora Sra. Luci Freitas solicita que o número de telefone 0800 seja  
159 um PABX. A Guarda Municipal atende a urgência social, repassando o atendimento a quem  
160 efetivamente atua na política pública envolvida. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi  
161 encerrada às doze horas e trinta minutos. O Sr. Presidente solicita a mim Maria Cristina Dias de  
162 Oliveira, primeira secretária que redija a presente ata.

163

164 RICARDO OLIVEIRA GOMES

MARIA CRISTINA DIAS DE OLIVEIRA

165

Presidente

1ª. Secretária